

VISITANDO UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Antônia Lucivânia da Silva¹
Paula Cristiane de Lyra Santos²

RESUMO

Este trabalho trata de uma experiência pedagógica na disciplina de História desenvolvida com base na lei 10.639/2003 e a lei 11.645/2008 realizada numa turma de terceiro ano da Escola de Ensino Médio José Alves de Figueiredo, situada em Crato-CE, no ano de 2019. A abordagem foi desenvolvida em parceria com a equipe do PIBID, o qual tinha como um dos eixos norteadores, Raça. Buscando atrelar a proposta com o projeto afro-indígena desenvolvido pela escola desde o ano de 2011 e amparada nas referidas leis, buscamos concretizar uma proposta de atividade que já vínhamos desenvolvendo e pretendíamos realizar, e que até então não tínhamos efetivado por falta de maior conhecimento teórico sobre o assunto, e falta de contato com pessoas que pudessem proporcionar o intermédio com as comunidades quilombolas. Trabalhamos o tema quilombos e comunidades quilombolas buscando abordar numa perspectiva histórica e sociológica as questões que dizem respeito à história do povo negro, o conceito raça, a historicidade dos quilombos, a identidade dos povos quilombolas, suas lutas, suas conquistas e desafios no tempo presente. Trabalhamos os aspectos teóricos a partir de pesquisa sobre o tema, bem como estudo de produções acadêmicas acerca de comunidades quilombolas, dentre outros, recorrendo a autores como Almeida (2017), Leite (1999), Lima (2019), Silva (2017), intercalando com uma visita à Comunidade Quilombola Carcará, situada na zona rural da Cidade de Potengi-CE, oportunidade na qual os

1 Mestre em Ensino de História. Professora SEDUC-CE. Profa.lucivaniahistoria@gmail.com;

2 Doutora em Educação. Professora do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri. paulalyrasantos@gmail.com;

estudantes puderam conhecer a comunidade e ouvir a história a partir da narrativa dos próprios quilombolas acerca de suas lutas, seus modos de vida e do reconhecimento como comunidade quilombola. Portanto, apresentaremos os resultados, elucidaremos detalhadamente essa vivência, os impactos dessa ação pedagógica na formação dos estudantes, das professoras, problematizando o imaginário que os discentes possuíam sobre quilombolas, e que conhecimentos novos foram construídos a partir dessa experiência.

Palavras-chave: Raça, Quilombo, Quilombola, Negros, Identidade.

INTRODUÇÃO

Apesar de as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 obrigarem o ensino da história e cultura dos povos africanos e indígenas, há resistências e dificuldades em inserir efetivamente no currículo escolar, sendo encontradas dificuldades até mesmo nas comunidades quilombolas. A conquista dessas escolas por si só não garante a aplicação de um currículo quilombola, faltando muitas vezes formação para os docentes com intuito de africanizar o currículo, tendo os povos quilombolas que viver numa constante batalha pela garantia da africanização de seus currículos.

As escolas não quilombolas certamente apresentam mais dificuldades na aplicação dessas leis, não conseguindo de fato trazer uma perspectiva afro e indígena. Muitas vezes esses temas são tratados de forma pontual, dificultando a compreensão significativa por parte dos alunos.

Buscando tornar o ensino mais significativo, planejamos trabalhar o conceito quilombo, quilombola, negros, memória e identidade a partir do contato com uma comunidade quilombola para por meio da vivência abordar os aspectos teóricos relacionado à história dos quilombos e povos quilombolas no processo histórico. Para realização da aula recorreremos à visita à uma comunidade denominada Carcará, a qual

formou-se com a fuga de negros e escravos de uma casa grande situada na vizinha cidade de Assaré, mais precisamente na Fazenda Infincado localizada no distrito de Genezaré, distante a 24 Km da sede do município de Assaré, a propriedade era inicialmente do Barão de Aquiraz (ALMEIDA; ARAÚJO, 2017, p. 3).

Os conceitos e a história dos quilombos foram abordados posteriormente em sala de aula, consistindo a aula de campo numa estratégia metodológica para trabalhar os conteúdos curriculares. A história da comunidade Carcará, contada por seus integrantes e contrastada com as narrativas históricas que sabemos sobre os quilombos no Brasil, foi tomada como base para trabalhar os conceitos, problematizar estereótipos e desconstruir preconceitos acerca dos quilombos e quilombolas no passado e no presente.

OS NEGROS NO CEARÁ E OS SIGNIFICADOS DE QUILOMBO

Na historiografia “até as décadas de 1970 e 1980” (SILVA, 2017, p.11) predominou a negação da existência de negros no Ceará “negando a existência da escravidão e, portanto, a presença dos negros e a existência de quilombos” (SILVA, 2017, p.11). Porém, “se no Ceará não tem negros, como explicar 45 comunidades quilombolas reconhecidas e identificadas pela Fundação Palmares?” (SILVA, 2017, p.11).

Na década de 1980 foi criado o movimento negro cearense que aos poucos vêm conseguindo dar visibilidade à história dos negros e evidenciar as histórias que por muito tempo foram silenciadas. Apesar da negação instituída pela historiografia oficial, sabe-se que desde meados do século XVII já havia a presença de negros africanos no Ceará. De acordo com Silva (2017), para muitos estudiosos foi Martin Soares Moreno quem introduziu o negro no Ceará. Segundo Luís Cláudio Bandeira, (apud Silva, 2017), os primeiros negros que entraram legalmente e em número considerável, foram trazidos em 1756, para exploração do ouro no Ceará. Eram 69 pessoas negras e preponderantemente angolanos. Foi a partir da expedição realizada à procura por ouro em novembro de 1756 que a introdução de africanos na condição de cativos foi intensificada (SILVA, 2017, p. 41), e “a partir do governador do Ceará, Lobo da Silva, em 1750, foram trazidos mais 61 escravos de Angola, 10 da costa, 2 de Benguela, 6 criolos (SILVA, 2017, p. 42).

A existência de quilombos no Ceará era até recentemente, ignorada pela historiografia. Na história da formação socioeconômica do estado já encontramos referência a existência de população quilombola de 1600, sendo que na atualidade é reconhecida a existência pelo menos de 80 comunidades de remanescentes de quilombos. [...] existem procedimentos de natureza de uma ideologia da negação de existência de população afrodescendente no Ceará marcada pela afirmação persistente que no estado não há negros. (SANTOS; JÚNIOR, apud SOUSA; PINHEIRO; ASSUNÇÃO; SILVA, 201, p. 10).

É comum, para efeito político, exaltar o Ceará atribuindo-o o epíteto de Terra da Luz, por ter sido o primeiro Estado a abolir a escravidão, em 1884. De acordo com Silva (2017), o slogan “Ceará Terra da Luz” esconde a história dos negros. Concordamos com sua posição posto que este slogan também romantiza o passado, oculta conflitos, violências, negação de direitos e contribui para

invisibilizar tensões do presente ou mesmo negar e desqualificar a luta do povo negro cearense no tempo presente, pois ele reforça a ideia de que a escravidão no Ceará foi branda, de que aqui praticamente não existiram negros e de que o Estado do Ceará foi tão contrário a escravidão, que por bondade resolveu aboli-la antes do restante do país.

Crendo nessa narrativa, qual seria o sentido da luta do movimento negro cearense hoje? Qual seria a legitimidade? Para que lutar, ou lutar contra o quê, se supostamente aqui nem negros existiram ou, se a escravidão foi leve em relação ao restante do país? Daí a necessidade de romper com o silêncio e apontar as violências simbólicas que estão embutidas nesse slogan.

“A identidade do povo negro, história, cultura, foram expurgados da historiografia, que apresentou a população cearense a partir da mistura de brancos e índios, ou seja, a figura do caboclo da nossa fábula das três raças” (SILVA, 2017, p. 28). A narrativa romantizada através do mito da miscigenação “harmônica” das três raças contribuíram para negar a continuidade da existência dos indígenas e dos negros, criando uma nova identidade, a invenção do caboclo, estratégia bastante útil para negar identidades e direitos e continuar perpetuando o racismo camuflado.

Outrossim, o pouco conhecimento histórico que possui a população acerca da história dos afrodescendentes aliado às estratégias políticas de esquecimento do passado contribuem para a crença num modelo estático de quilombo, exigindo que os povos quilombolas vivam do mesmo modo em que se vivia em Palmares no século XVII, desconsiderando a dinâmica das comunidades ao longo do tempo, e os processos de expulsão a que estiveram submetidas as comunidades negras, impedindo que elas pudessem dar continuidade ao seu modo de vida, e por outro lado, a estrutura racista também negando que esses povos se integrassem plenamente ao restante da sociedade, ora impondo uma suposta integração, sem respeitar as demandas e interesses das populações negras. “Falar de quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, consequentemente, uma reflexão científica em processo de construção” (LEITE, 2000, p. 333).

A palavra Quilombo, deve ser entendida dentro da sua historicidade, sendo a ela atribuída diversos significados. Quilombo se refere a:

uma associação de homens, abertos a todos, em que seus membros são submetidos a ritual de iniciação que os integravam como guerreiros invulneráveis aos ataques inimigos. Quilombos tem

origem em África e no período da colonização do Brasil essa organização sociopolítica é transportada e ressignificada no novo mundo (NUNANGA, apud SANTOS; CUNHA JÚNIOR, 2017, p. 4).

Já no Brasil colônia, quilombo tinha outro significado que lhes foi atribuído pelo aparato legal do colonizador.

O Conselho Ultramarino português de 1740 definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passe de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Indica também, uma reação guerreira a uma situação opressiva (LEITE, 2000, p. 336).

À palavra Quilombo foram sendo impostos significados diferentes do que lhes era atribuído no Continente Africano. Foi sendo preenchida por valores negativos para criminalizar negros escravizados que fugiam da condição de escravos e das violências constitutivas dessa condição.

Se no presente existe uma dificuldade intencional do poder público em reconhecer e atribuir a um grupo a denominação de quilombola, no passado, havia intensa facilidade em classificar grupos de negros como quilombo, pois tal palavra era utilizada para transformá-los em criminosos, ainda que o suposto crime fosse apenas a busca insistente pela liberdade.

Como visto, um grupo de apenas 5 pessoas, mesmo sem estadia fixa, já era enquadrado como um quilombo. “Segundo esta concepção tradicionalista, estes eram citados como lugares de perigo, taxados de refúgios de negros e negras criminosos, fugitivos, imorais e vadios” (CUNHA JÚNIOR, 2012, p. 159). Além desses, outros significados pejorativos foram atribuídos.

Na tradição popular no Brasil há muitas variações no significado da palavra quilombo, ora associado a um lugar (“quilombo era um estabelecimento singular”), ora a um povo que vive nesse lugar (“as várias etnias que o compõem”), ou a manifestações populares, (festas de reis), ou ao local de uma prática condenada pela sociedade (“lugar público onde se instala uma casa de prostituição), ou a um conflito (uma “grande confusão”) (LEITE, 2000, p. 337).

Dessa negatividade que permeou o conceito Quilombo, resultou, mesmo com a luta e conquista legal do reconhecimento conforme o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, uma dificuldade de parte da população negra se reconhecer como descendente de quilombolas, pois, como se autoafirmar

descendente de grupos vistos como criminosos? Diante desta situação, surgiu a necessidade de uma luta pela ressignificação do termo Quilombo, passando a ser visto como símbolo de resistência.

No entanto, ignorando essa trajetória é cobrado da população negra que se identifique como remanescente de quilombos. Por outro lado, quando assim se identificam, a sua legitimidade é questionada, posta à prova, exigindo comprovações que o próprio sistema impossibilitou. Como exemplo, podemos mencionar o Decreto³ presidencial nº 3.912 de 10 de setembro de 2001 o qual exigia “que as comunidades comprovassem uma história de cem anos de “posse pacífica” da terra, desde 13 de maio de 1888, até a data de promulgação da Constituição de 1988” (PINHO; SANSONE (org.) 2008, p. 333), ignorando que mesmo quando eventualmente ex-escravizados ocuparam terras a eles deixadas em testamento por seus antigos proprietários, esse direito legal foi ignorando sendo expulsos da terra. Como então atender à exigência da lei?

Concordamos com Leite (1999) acerca da dificuldade de ressignificar o termo Quilombo. A ressignificação não acontece da noite para o dia, como a mesma coloca, bem como é muito difícil para muitos, a auto-identificação “porque simplesmente em algumas áreas do Brasil o termo quilombo foi introduzido também para excluir, para estereotipar, para expressar o negro selvagem, promiscuidade sexual, desordem, preguiça, inferioridade”. (LEITE, 1999, p. 146).

A EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CARCARÁ

O líder da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Sítio Carcará – Arquicara – Potengi - Ceará, Sebastião Vieira da Silva, narrou um pouco da história da Comunidade Carcará, as dificuldades e desafios enfrentados. A comunidade foi formada em meados do século XIX por negros escravizados pertencentes ao Barão de Aquiraz, Gonçalo Baptista Vieira (1819-1896) em sua propriedade, situada no distrito de Assaré, onde estava situado o Casarão do Infincado, casa grande deste mesmo escravagista.

Segundo relatos deixados pelos mais velhos, cerca de 10 Km de terra ou mais, onde se situa hoje o Carcará, pertenceu a um de seus ancestrais, Mariano

³ Um novo Decreto presidencial nº 4788, de 20 de novembro de 2003, revogou o Decreto de 2001 e restituiu a eficácia do artigo 68 (BRASIL, 1988).

Marsal. Aos poucos, as terras foram sendo uma parte vendida em troca de alimentos como feijão, farinha e etc. e em parte, tomada por latifundiários, que mediante esta troca de terras por alimentos, cercavam terras além do que se tinha sido acordado, excluindo-os do acesso à terra. Esse processo de exclusão, de negação do direito ao acesso à terra foi forjado décadas anteriores à abolição da escravidão.

Já a primeira lei de terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa outra categoria separada, denominada “libertos”. Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência que a cor da pele anuncia - e denuncia -, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para morar, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou herdada de antigos senhores através de testamentos lavrado em cartório. Decorre daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra. (LEITE, 2000, p. 335).

Este recurso “legal”, reforçado pela Lei áurea, uma vez que a mesma apenas decretou o fim da escravidão, mas não ofereceu condições para a efetivação da emancipação dos afrodescendentes, resultou na marginalização e expropriação da terra, principal meio de sobrevivência. Tomando como exemplo o Carcará, atualmente as terras de que dispõem, são insuficientes para atender às demandas mais básicas dos moradores. De acordo com o líder quilombola, Sebastião Vieira, muitas famílias não dispõem de espaço sequer para construir mais um cômodo na casa ou mesmo um banheiro.

A origem do nome do lugar, Carcará, é decorrente da existência de quantidade significativas de carcarás que existiam nesse lugar quando da chegada daqueles que deram origem a esse povoado, passando, portanto, esse lugar a ser assim denominado, mas já em tempos mais recentes, a administração pública resolveu alterar o nome, chamando-o oficialmente de Caracará, nome desprovido de qualquer significado histórico sem nenhum vínculo com a ancestralidade dos que lá habitam. Estratégia imposta pelo poder público que intencionalmente ou não, se constituía como uma quebra de sentido, de vínculo com o passado, de apagamento do passado desse povo negro. Graças à luta insistente dos quilombolas, representados pelo líder da Associação, conseguiram resgatar seu nome original sendo novamente reconhecido oficialmente pelo nome Carcará.

Em face de todo o processo de silenciamento e negação imposta pelo sistema escravocrata e racista, nem todos os que lá residem conheciam a história de seus ancestrais e os processos históricos responsáveis pela usurpação de seus direitos e, portanto, não se identificavam como remanescentes de quilombolas.

A comunidade começou a se articular e se autorreconhecer como negros e quilombolas a partir do ano de 2007, tendo contado com o apoio do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC, que realizou importante trabalho contribuindo para o empoderamento e autorreconhecimento, primeiro passo para o início do processo de certificação e acesso à terra.

O GRUNEC, criado em 2001, juntamente com a Cáritas Diocesana, criada em 12/11/1956, realizam importante trabalho na região do Cariri cearense e tiveram intensa contribuição na trajetória de luta por reconhecimento das comunidades negras desta região. Chegaram a visitar 25 comunidades negras em 15 municípios buscando auxiliar na organização dessas comunidades na luta por direitos garantidos pela Constituição de 1988. Desse total, apenas 6 destas comunidades se identificam como quilombolas.

Essas visitas resultaram em um mapeamento dos territórios negros do Cariri e na produção de uma cartilha. “O mapeamento surgiu com o intuito de responder à pergunta sobre a existência ou não, de negros no Cariri, pois na região a população tem dificuldades de se autoidentificar afrodescendente, havendo assim uma negação de sua ancestralidade” (SOUSA; PINHEIRO; ASSUNÇÃO; SILVA, 2001, p. 7).

Esse processo de auto-identificação e solicitação do reconhecimento como comunidade quilombola junto à Fundação Palmares não se deu isento de conflitos. Internamente, a comunidade ficou dividida “entre aqueles que se auto identificam como remanescente de um quilombo e aqueles que se auto identificam mais são arrendatários e dependem das terras de latifundiários e fazendeiros da região.” (ALMEIDA; ARAÚJO, 2017, p. 5).

Durante tanto tempo vivendo como agregados e diante de toda estrutura de negação da história do povo negro, e inclusive da negação da existência de negros no Ceará, não se pode esperar uma coesão dos membros da comunidade perante a luta pelo reconhecimento e a luta pela posse da terra. Parte dos moradores se posicionou em favor dos proprietários de terras, seja por medo de enfrentar a batalha, seja por manter uma relação de dependência e de compadrio com seus patrões, por desconhecimento de sua história, ou por diversos outros motivos.

Os proprietários de terras ao tomarem conhecimento da organização do grupo deram início a pressões seja por meio de ameaça de morte ao líder Sebastião, seja negando o acesso a terra na qual os moradores do Carcará cultivam no sistema de arrendamento. Diante deste impasse, parte dos moradores do Carcará se voltou contra o líder, responsabilizando-o por agora não disporem mais da permissão dos proprietários para fazerem suas plantações, principal fonte de sustento de suas famílias.

No ano de 2009 foram certificados pela Fundação Palmares e posteriormente o INCRA se fez presente para iniciar o processo de posse da terra. Entretanto, até a data em que lá estivemos, o direito à terra ainda não havia se concretizado, 2019.

Os moradores enfrentam várias dificuldades, sendo a principal delas o acesso à terra. Para sobreviver, precisam trabalhar para proprietários. Residem em casas pequenas e alguns possuem um pequeno espaço nas adjacências de suas residências, que são transformados em quintais produtivos, espaços nos quais plantam: acerola, manga, mamão, alface, tomate, coentro, cebolinha e pimentão. Criam algumas galinhas, suínos e caprinos, apenas para o consumo da família. Por meio de sua luta, conseguiram água encanada e possuem cisternas doadas via programa do governo federal, mas ainda assim a água é problema para a comunidade, tendo em vista que a água de que dispõem não é de boa qualidade, tampouco é suficiente para a irrigação do quintal produtivo.

No período de estiagem, segundo semestre do ano, encontram dificuldade em irrigar seus pequenos quintais, pois ficaria bastante caro o preço da conta de água, uma vez que pagam por litros consumidos. Somado a isso, a água contém grande quantidade de sal e cloro, o que dificulta a irrigação, pois precisam esperar decantar de um dia para o outro para que se torne propícia à irrigação, bem como precisam trocar todo o adubo da plantação em determinados intervalos de tempo em virtude da grande concentração de sal.

Nas proximidades existe um açude, mas não podem fazer uso desse recurso por ser uma propriedade particular. Não possuem autorização para fazer uso da água ou produzir nas adjacências do açude. Apesar das dificuldades, algumas conquistas foram obtidas, embora uma das demandas principais, a terra, até o momento não havia sido conquistada.

Não basta o reconhecimento e a conquista da terra. Novas lutas seguirão em busca da garantia de condições de permanência com dignidade no local, pois é bastante recorrente o descaso do poder público com os territórios negros.

“Mais do que engendrar um coletivo, de agrupar-se em bairros periféricos e rurais, o que fica como marca deste processo, é a suspeita, a dúvida em torno de sua permanência. Ali não se constroem estradas, não há rede de esgoto, posto médico ou escolas.” (LEITE, 1999, p. 134).

Carcará não dispõe de posto de saúde. Deslocam-se para o posto em um pequeno distrito formado por aproximadamente umas 18 casas _ bem menos que o Carcará _ chamado Barreiros. Em 2012 conquistaram uma Escola pública, na qual funciona o ensino fundamental somente até o 7º ano. O nome da Escola, Maria Virgem, é uma homenagem a uma antiga moradora, rezadeira, mezinheira e que dava abrigo aos andarilhos. Apesar desta conquista, muito deixa a desejar no quesito curricular, pois não atende às demandas históricas de uma comunidade quilombola. Alguns esforços vêm sendo realizados, seja por meio do GRUNEC ou projetos de pesquisadores de universidades da região, que realizam algumas formações com o corpo docente no sentido de uma “africanização do currículo quilombola”. (SANTOS; CUNHA JÚNIOR, 2017, p. 10).

O currículo, ainda há muito que ser modificado e carece de ações mais incisivas por parte da Secretaria de Educação em assumir o compromisso de efetivar um currículo quilombola. Dentre o corpo docente, apenas três professoras pertencem à comunidade quilombola. O acesso desses quilombolas à universidade é bastante difícil, até mesmo pela dificuldade de deslocamento. Ainda assim, havia uma jovem quilombola cursando letras na Universidade Regional do Cariri, situada em Crato no momento da visita.

Outra conquista destacada por Sebastião, foi a construção de 50 casas através de projetos do governo federal, para moradores da comunidade, e em 2016, a conquista da casa de sementes. Apesar dessa conquista, o projeto não obteve o êxito pretendido, uma vez que o objetivo é trabalhar com sementes crioulas e para isso prescindem da terra, o bem primordial para que tenham autonomia no processo de produção agrícola. Tendo eles que plantar em terras arrendadas, não dispõem de autonomia para fazer uma agricultura com sementes crioulas e sem usos de agrotóxicos.

A RODA DE CONVERSA NA SALA DE AULA

Na manhã do dia 03 de setembro de 2019 destinamos duas aulas à avaliação sobre a visita à Comunidade Carcará. Destacamos alguns dos comentários tecidos pelos discentes: “Ah! Me decepcionei!”. “Eu achava que íamos tomar

banho de açude. Eu queria encontrar algo mais raiz”. “Eu achei que ia encontrar gente morando em ocas, e de tangas. Mas são pessoas iguais a nós”. “Eu achava que eles eram mais humildes”. “Eu achava que a gente ia tomar banho de rio e pescar”. “Eu achava que eles sabiam da história deles desde há muito tempo, mas eles nem sabiam. Foi alguém que viu na internet e disse a eles”. “A história que eles contaram foi a que nós sabemos. A que a gente vê na escola”. “Eles contam a história dos quilombos como se fosse a história deles”. “Se ali era um quilombo e se os negros formavam os quilombos longe da casa grande para poder se esconder, em lugar bem distante, como é que ali era um quilombo se fica perto da casa grande?”. “Eu esperava algo diferente, mas são como nós. É a mesma coisa de ser nós”. “Eu fui esperando outra coisa. Aquele homem, nem era de lá. Ele vivia era fora e depois veio para lá”. “Tem gente que nem era dali e veio depois”. “Eu achava que ali tinha sido um quilombo, mas não foi. E o nome Carcará, eu achava que era o nome deles, mas é o nome do lugar. Eles pegaram esse nome para eles”. “Eu pensava que eles tinham vindo da África”. Professora, ser quilombola tem privilégio?”. Professora, eu fui à Brasília num movimento que teve lá, e tinha várias índias e índios. Mas eles estavam iguais a nós”.

Diante dos comentários dos alunos, poderíamos pensar que a aula de campo não teria atingido os objetivos desejados, mas vemos de outra forma, pois ao lançarmos a proposta de aula o objetivo foi estudar a história a partir do estranhamento possibilitado pela visita *in loco*. A visita foi o ponto inicial para a reflexão. Eles tiveram primeiramente o contato com a prática, mas anterior a isso já tinha um imaginário sobre quilombolas. Tinha uma ideia fixa e fantasiosa, congelada no tempo. Um modelo ficcional. Os comentários por eles lançados, ao nosso entender, demonstra que a metodologia despertou a reflexão, a crítica, a curiosidade e a capacidade de ouvir as problematizações feitas por nós sobre as perguntas e questionamentos feitos por eles, contribuindo para ampliar os conhecimentos sobre a história dos quilombos e povos quilombolas.

As ideias prévias que os alunos possuíam acerca do que seria um quilombo e do que e como seriam os povos quilombolas são modelos compartilhados pela maioria da população brasileira. Ainda está presente no imaginário a visão tradicional e deturpada de quilombo apenas como sendo um ajuntamento de negros fugitivos das senzalas, vivendo em comunidades isoladas em lugares de difícil acesso e dos quilombolas como um povo com uma fisionomia e jeito de ser totalmente diferente do restante da população não quilombola, tão diferente de tal forma que pudessem ser visivelmente logo identificados como quilombola

onde quer que estejam. Uma figura singular identificada de imediato pelo olhar do não quilombola.

Fato semelhante é apresentado por Leite (1999), ao citar um caso em que certa vez em um aeroporto um funcionário da empresa aérea perguntou para ela, como identificar um remanescente de quilombola entre os passageiros em um voo, como se um quilombola fosse uma figura exótica, totalmente diferente.

Outro caso mencionado por esta pesquisadora trata de uma situação em que um docente de educação básica a procurou com o intuito de pedir uma indicação de uma comunidade quilombola “um quilombo, um quilombo verdadeiro” (LEITE, 1999, p. 125) para onde ele pudesse levar os alunos, ocasião em que ela indicou uma área da cidade habitada majoritariamente por descendentes de africanos, tendo ouvido como resposta que “não dava para considerar este lugar propriamente um quilombo, e sim, uma favela” (LEITE, 1999, p. 125). Situações que explicitam o quão intensa foi, e é, o processo de negação das identidades negras a partir de modelos idealizados que nunca correspondem à realidade, pois já são criados com intuito de negação. A “folclorização, estereotipia, desqualificação e exotismo como uma eficiente manobra, capaz de tirar de cena, de fazer desaparecer os sujeitos históricos de carne e osso, enquanto pleiteantes de um direito que então vem sendo negado” (LEITE, 1999, p. 126).

O que mais nos chamou a atenção nas colocações dos discentes foi a romantização da miséria, ou melhor, a esperança de encontrar no outro uma miséria desmedida, pois não se satisfizeram com a simplicidade lá encontrada. Esperavam que eles “fossem mais simples”. Mas que tipo de simplicidade esperavam? Miséria extrema? Pessoas extremamente desnutridas? Ser pobre ao extremo e ter seus direitos humanos negados significa “ser mais raiz”?

Há uma dificuldade em se autoafirmar como pobre e como negro. A dificuldade em reconhecer o outro pobre pode ser uma dificuldade em enxergar a si mesmo. Os alunos esperavam que fossem mais pobres do que eles, como se os próprios alunos não pudessem também ser descendentes de quilombolas ou de povos indígenas. Essas identidades foram de tal forma invisibilizadas, que quase ninguém, por pobre e preto que seja, consegue se identificar com esses povos. Inconscientemente se identificam com o branco colonizador ou não se identifica com identidade nenhuma. É como se estivesse de fora. Alguém sem identidade ou acima de qualquer identidade, como se não precisassem de nenhuma identidade.

Há uma idealização do que seja o indígena e o quilombola. Ao se deparar com a realidade ficam chocados, pois indígenas e quilombolas são gente como nós, mas que tem sua própria identidade e lutam pelo seu reconhecimento e pelo direito de existir dentro da sua cultura. Como seria o indígena e o quilombola idealizado por estes alunos? Como se dá a construção desses modelos? Será que a escola contribui para tais equívocos? Acreditamos que sim. Ao não ter condições de estudar a teoria em contato com a prática, alimenta estereótipos e assim os conteúdos por eles aprendidos acabam não servindo para enxergar ou aplicar à realidade. Acreditamos que se a história desse país e as identidades fossem mais trabalhadas interagindo com as comunidades locais, ouvindo as narrativas dos mais velhos e valorizando as histórias dos povos indígenas e negros, talvez existisse uma maior facilidade em se identificar com esses povos ou reconhecer e valorizar tais identidades.

Esperam encontrar povos indígenas nos moldes_ construídos a partir de uma idealização _ dos anos de 1500 e povos quilombolas ao modelo do tempo da escravidão, como se a cultura e as condições não fossem transformadas ao longo do tempo. Como se para ser índio ou quilombola, as pessoas tivessem que se privar de ter acesso a qualquer bem, por pouco que seja. Privar-se de residir em uma casa de tijolos, de usar uma roupa industrializada, de ter acesso a um celular, internet, cursar universidade...

Os estudantes estranharam a forma como a identidade dos quilombolas Carcará foi construída. Imaginaram que carcará seria o nome de uma etnia vinda da África para o Brasil. Ainda que fosse, hoje não seria a mesma que era na África, ou que teria sido no Brasil há séculos atrás. Não compreenderam o processo de autoidentificação e reconhecimento dessa comunidade. Para eles, se trataria de uma invenção. Algo forjado. Uma farsa, exigindo para efeito de veracidade uma autoidentificação contínua, e imutável.

Não passou pela compreensão deles os processos de violências físicas e culturais que impediram esses povos de expressar sua identidade, sendo exigido um abandono de suas culturas. Tais povos, uma vez que foram expropriados de sua própria história, não teriam o direito de se valer da história que foi escrita e das memórias ainda vivas nas mentes de alguns para tentar “recuperar” seu passado? Não teriam eles direito ao reconhecimento? Afinal, para que serve a História e a Memória se não para isso? Por que ela deveria servir apenas para os brancos colonizadores e seus descendentes, que escreveram a história, que ergueram seus monumentos em memória de si mesmos? Por que só eles devem

ter o direito a terra, até mesmo por meio do saque e os povos quilombolas e indígenas não devem a ela ter acesso mesmo que em pequena quantidade para dela tirar seu sustento? Por que os brancos que se apropriaram das terras devem ser vistos como desbravadores, e os pobres, negros e indígenas, mesmo quando agem dentro do que prevê a lei, vistos como oportunistas quando requerem o acesso à terra?

Muitas “verdades” estão naturalizadas a ponto de as pessoas nunca se questionarem sobre isso nem se identificarem ou manifestarem empatia para com os que nunca sequer tiveram direito a sua própria história. Diante dessa realidade, se a escola não desconstruir os estereótipos, as irracionalidades sobre o passado e o presente, como poderão os estudantes ter conhecimento das múltiplas realidades de seu país?

Ser quilombola não é nem pode ser entendido como um privilégio, mas como um direito. É simplesmente ter um direito de ser quem são. É um dos direitos mais básicos, mas que ainda desperta mal-entendido, incompreensão por parte de quem está de fora, como se o direito a identidade fosse privilégio.

Durante toda a conversa em sala, procuramos explicar como se dá o processo de construção ou de reconstrução das identidades, ressaltando que os colonizadores também construíram suas memórias e, no entanto, todo mundo aceita como se ela fosse natural, inquestionável, e a dos povos colonizados fossem sempre uma farsa, constantemente sujeita a prova e desacreditada.

Fomos explicando como os povos indígenas e negros, a partir de suas resistências vêm conseguindo se reafirmar e lutar pelo reconhecimento. Nessa trajetória, uma das armas utilizadas é a memória e a história. É para isso que elas servem. São fundamentais na luta por direitos e reconhecimento.

Abordamos também sobre o modelo fixo que geralmente se busca encontrar. Se temos um ideal de quilombola e de indígena, nunca iremos de fato nos deparar com ele, pois esses modelos nunca condisseram com a realidade. Foram sempre modelos forjados fora da realidade e que só serviram para negar a presença de quilombolas e de indígenas, uma vez que eles nunca se encaixaram nos modelos elaborados pelo colonizador.

Não podemos dizer como esses povos têm que ser. São eles quem têm que decidir o que é melhor para sua coletividade. Impor um modo de vida moderno se caracteriza como uma forma de violência tal como negar-lhes o acesso a bens como saúde, educação, tecnologia é da mesma forma uma violência. Precisamos parar de ditar como o outro deve ser e mais do que isso,

pensar se o outro é de fato o outro. Afinal, o que é o outro? Por que eles são o outro, e nós não?

A falta de conhecimento impossibilita a empatia e a alteridade. A educação escolar se encontra diante desse desafio, ou pelo menos deveriam ter isso como meta, visto que a preocupação centrada meramente em resultados matematizados não leva à construção de uma sociedade plural e inclusiva.

Percebe-se que embora parte dos estudantes se identifique como pessoas negras ou mesmo afirme ser favorável aos direitos dos quilombolas, a ideia de quilombolas presente na mente deles, e de parte significativa da sociedade brasileira, não contempla de fato os povos quilombolas do presente nem do passado, visto que o modelo de quilombola que possuem é ficcional. Imaginam um quilombo tal e qual foi Palmares, como se outros não tivessem existido e como se todos os quilombos tivessem sido totalmente iguais.

Vale ressaltar que até parte do que se popularizou sobre Palmares já é uma visão enviesada permeada de interesses que muito contribuíram para negar toda e qualquer experiência política exitosa do povo negro na luta pelo seu direito de existir. Muito do que as pessoas têm acesso acerca dos quilombos e povos quilombolas são visões equivocadas que os impossibilitam de enxergar o que de fato foram os quilombos e os quilombolas do contexto atual, visões estas resultantes de “todo um conjunto de ações, enfatizadas pela mídia, com o intuito de transformar o chamado equivocadamente de “remanescente” em mais uma peça do folclore nacional” (LEITE, 2000, p. 350), cabendo, portanto, à escola criar estratégia para desmitificar as narrativas que encobrem essas narrativas sobre o passado e suas repercussões no presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na experiência pedagógica abordada nesse artigo, vimos que embora os estudantes do ensino médio ao longo de sua trajetória acadêmica tenham estudado, tanto sobre indígenas, negros, quilombos e quilombolas, suas visões acerca desses temas apresentam distorções, visões equivocadas. Poderíamos atribuir às falhas dos processos de ensino da disciplina de história por parte dos professores, do sistema de ensino e etc., que certamente possuem sua parcela de responsabilidade. Todavia, temas históricos não são exclusividade da escola e dos livros de história. São abordados por outros meios tais como filmes, novelas e outras produções.

Os sujeitos aprendem história para além da escola e arriscamos dizer que ainda que tenham tido excelentes aulas sobre esses temas, as narrativas presentes nos filmes e novelas podem ter maior poder de convencimento. Os discentes consomem essas produções assimilando as narrativas e concepções nelas presentes. Para além disso, esses assuntos fazem parte do contexto atual e são temas em disputas. Envolvem interesses do presente. Os discentes acabam tendo acesso às narrativas equivocadas por meio da internet, que acabam sendo mais fascinantes para eles, muitas vezes, do que a narrativa dos docentes, em um contexto em que a profissão docente é constantemente posta em xeque, sendo os professores acusados de doutrinadores.

Apesar de todas as tensões e dificuldades para a compreensão desses temas no presente, estratégias para trabalhar tais conteúdos curriculares são necessárias e possíveis. Por meio dessa experiência, observamos que a estratégia da visita, de aula de campo, do contato com as comunidades quilombolas intercalado com as pesquisas, com a produção historiográfica, é possível contribuir para um ensino de história mais significativo e crítico, tendo o estudante a oportunidade de vivenciar a história, pensar criticamente sobre as diversas narrativas sobre os temas estudados e construir o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. G.; ARAÚJO, C. R. S. Estudo de caso sobre a Comunidade Quilombola de Caracará, Potengi, Ceará, Brasil. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba, 2017.

CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões. Uma abordagem realista-crítica. Revista brasileira de ciências sociais - Vol. 32 nº 95/2017.

DA SILVA, M. E. História, memória e identidade quilombola no Cariri cearense (comunidade Sítio Arruda-Araripe e Carcará-Potengi). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

_____. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, 1999.

LIMA, I. C.; SILVA, D. Territórios quilombolas no Ceará: educação, processo histórico e identidades. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 5, n. 6, p. 5814-5827, jun. 2019.

MARQUES, C. E. Remanescentes das Comunidades de Quilombos, da resignificação ao imperativo legal. Belo Horizonte. Dissertação (mestrado em antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

O'DWYER, E. C. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. TOMO São Cristóvão-SE Nº 11 jul./dez. 2007.

PINHO, O. A.; SANSONE, L. (organizadores) Raça: novas perspectivas antropológicas. 2 ed. Ver. Salvador. Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008.

SANTOS, A. P.; CUNHA JUNIOR, H. A. A formação docente quilombola: africanização do currículo em espaço escolar caririense. III Colóquio Luso-Afrobrasileiro de questões curriculares, educação, formação e criouldade. UNICV-Cidade da Praia, Cabo Verde, 2017.

_____. Experiência educativa em comunidade quilombola caririense: pedagogia de quilombo. Debates em Educação | Maceió | Vol. 11 | Nº. 23 | Jan./Abr. | 2019.

VALÉRIO, E. D. Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação. Universidade Federal de Pernambuco Recife, 2014.